



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Alessandra Cavalcanti

alessandracavalcanti@correiodesergipe.com

Com o objetivo de chamar a atenção da sociedade sergipana para a polêmica Proposta de Emenda à Constituição n° 37/2011, o Ministério Público Estadual lançou ontem, 15, a campanha "Brasil contra Impunidade". Isso porque, caso seja aprovada, a PEC 37 conferirá poderes de investigação exclusivos às polícias Civil e Federal, na esfera criminal, inviabilizando a atuação de outros órgãos fiscalizadores estaduais, a exemplo do próprio **MPE**.

Responsável pela mobilização da campanha em Sergipe, o Ministério Público considera a PEC 37 uma ameaça à sociedade brasileira. Destaque-se que a matéria ainda tramita na Câmara dos Deputados, sem previsão de quando será votada. E por se tratar de uma emenda à Constituição, para que venha ser aprovada são necessários três quintos dos votos dos parlamentares da Câmara e do Senado, em duas votações.

Para o **procurador-geral de Justiça** e criador da comissão em Sergipe, **Orlando Rochadel**, a PEC 37 chegou para beneficiar os criminosos. Ele acrescenta que se não fosse o trabalho investigativo do MP, muitos casos importantes de desvio de dinheiro público e outros crimes graves



**PRESIDENTE
DA ADEPOL DIZ
QUE A PEC 37
NÃO AFASTARÁ A
ATRIBUIÇÃO DE
COMBATE À COR-
RUPÇÃO PELO MP**

IVZ

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 16 de abril de 2013

A4 GERAL

Ministério Público lança campanha contra PEC 37

Se aprovada, poderes de investigação serão exclusivos às polícias Civil e Federal

não teriam sido descobertos. "A PEC da Impunidade atenta contra o Estado Democrático de Direito e vulnera os Direitos Humanos", diz.

• **Caráter nocivo**

O promotor de Justiça Deijaniro Jonas Filho avalia a PEC 37 como sendo um retrocesso à sociedade que deseja ver as instituições irmanadas – e não separadas – no combate à criminalidade. Com a experiência de quem participou de investigações importantes para a elucidação de crimes de grande repercussão no Estado, a exemplo do assassinato do promotor de Justiça de Cedro de São João, Valdir de Freitas Dantas, e do deputado estadual Joaldo Barbosa, Deijaniro afirma que, "se aprovada, a PEC 37 terá caráter extremamente nocivo à coletividade".

"Seu conteúdo é excludente, pois afasta o poder investigatório não só do MP, mas, também, de muitas instituições e órgãos, a exemplo do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMIs), dentre outros", argumenta o promotor Deijaniro.

Questionado sobre a polêmica PEC 37, o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Sergipe (Adepol/SE), delegado Kássio Viana, destaca que a Polícia Civil e o MPE sempre caminharam juntos no combate à criminalidade.

• **Delegados civis**

"Entretanto, ficamos bastante preocupados com algumas manifestações preconceituosas e desarrazoadas feitas por setores do MP. Apelidar a PEC 37 como 'projeto da impunidade' é afirmar que o seu autor e os demais deputados da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal são a favor da impunidade em nosso País, e que os delegados de Polícia que estão apoiando o citado projeto também estão na mesma linha", queixa-se.

Viana acrescenta que, a PEC 37 não afastará a atribuição de combate à corrupção pelo Ministério Público, que conti-

nuará podendo instaurar inquérito civil público, propor ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa eventualmente praticados, requisitar instauração de inquérito policial e diligências no curso das investigações, além das ações investigativas próprias de órgãos tão importantes, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Receita Federal, Banco Central e Comissões Parlamentares de Inquérito".

• **Declarações hilárias**

O delegado também destaca que se a afirmativa do MP fosse verdadeira, todos esses órgãos estariam se insurgindo contra o projeto de emenda constitucional, inclusive os próprios deputados federais. "Por outro lado, são hilárias as declarações de que se não fossem as 'investigações' do Ministério Público, muitos casos de corrupção ficariam impunes. É público e notório que as maiores operações de combate à corrupção realizadas em nosso Estado e no Brasil foram realizadas pelas polícias Civil e Federal", rebate.

E para ilustrar a afirmação, ele cita como exemplo as operações realizadas pelo Departamento de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária e à Administração Pública (Deotap), que desarticulou e prendeu várias quadrilhas que vinham lesando o erário sergipano e causando enormes prejuízos ao Estado e às suas instituições (Operação Castelo de Cartas, Castelo de Areia, dentre outras), recuperando, em apenas um ano, mais de R\$ 60 milhões para os cofres do Estado.

• **Cartilha**

Para prestar mais esclarecimentos acerca da PEC 37, na última sexta-feira, 12, a Adepol/SE reuniu delegados e imprensa para lançar uma cartilha sobre o assunto. O informativo foi produzido pela Adepol Brasil e está sendo distribuído em todo o país. É importante ressaltar que além de "PEC da Impunidade", como vem sendo chamada pelo MPE, a Proposta foi apelidada, pelos delegados, como "PEC da Legalidade".